

COMENTA DNV · Kit PC · MATERIAL GRATUITO

10 questões comentadas

PC-PE · Agente e Escrivão (5 oficiais Cebraspe + 5 inéditas)

Questões oficiais do Cebraspe nas provas PC-PE (2016 e 2024) e inéditas no padrão Cebraspe, em temas variados do edital: Administrativo, Penal, legislação especial, Processo Penal e Estatuto dos servidores de PE.

Prof. Ramon Lira e Prof. Rennan Souza · Direito na Veia

Resolva sem consultar. O gabarito comentado está no fim.

Considerando as fontes do direito administrativo como sendo aquelas regras ou aqueles comportamentos que provocam o surgimento de uma norma posta, assinale a opção correta.

- (A) A lei é uma fonte primária e deve ser considerada em seu sentido amplo para abranger inclusive os regulamentos administrativos.
- (B) O acordo é uma importante fonte do direito administrativo por ser forma de regulamentar a convivência mediante a harmonização de pensamentos.
- (C) Os costumes, pela falta de norma escrita, não podem ser considerados como fonte do direito administrativo.
- (D) A jurisprudência é compreendida como sendo aquela emanada por estudiosos ao publicarem suas pesquisas acerca de determinada questão jurídica.
- (E) Uma doutrina se consolida com reiteradas decisões judiciais sobre o mesmo tema.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito. A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- (A) A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- (B) Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- (C) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- (D) Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- (E) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Durante a noite, uma pessoa adentrou clandestinamente em uma loja que comercializa aparelhos eletrônicos e subtraiu diversos celulares, mas foi detida em flagrante pela polícia. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à causa de aumento de pena no caso de furto noturno, à luz do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- (A) O fato de a ação delitiva ter ocorrido em estabelecimento comercial enseja, por si só, o aumento da pena aplicável ao furto noturno.
- (B) A presença de outra pessoa dentro do estabelecimento comercial no momento da ação delituosa seria causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.
- (C) Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é imprescindível a comprovação de falta de iluminação adequada no local de ocorrência do delito.
- (D) Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é preciso representação da vítima.
- (E) A ocorrência do furto à noite e em situação de repouso configura causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, independentemente de o local estar ou não habitado.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

O agente de polícia Júlio, ao tomar conhecimento da prática de um furto qualificado, solicitou dinheiro a um suspeito, com a promessa de não incluir o nome deste no relatório oficial. Nessa situação hipotética, Júlio cometeu o crime de

- (A) concussão.
- (B) corrupção passiva.
- (C) peculato.
- (D) prevaricação.
- (E) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Considerando os dispositivos legais referentes ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) Não cabe recurso administrativo aos escalões superiores do órgão policial contra decisão de delegado que nega a abertura de inquérito policial, mas o interessado pode recorrer ao Ministério Público.
- (B) Representantes de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta não podem promover investigação de crime: deverão ser auxiliados pela autoridade policial quando constatarem ilícito penal no exercício de suas funções.
- (C) Estando o indiciado preso, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, em dez dias, independentemente da complexidade da investigação e das evidências colhidas.
- (D) O delegado determinará o arquivamento do inquérito policial quando não houver colhido elementos de prova suficientes para imputar a alguém a autoria do delito.
- (E) Tratando-se de crimes de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado de ofício pelo delegado, por requisição do Ministério Público ou por requerimento do ofendido ou de quem o represente.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

O agente que, após furtar um celular sem violência, o devolve voluntariamente à vítima antes do recebimento da denúncia

- (A) não responde por crime algum, pela desistência voluntária.
- (B) responde apenas pelos atos já praticados, pelo arrependimento eficaz.
- (C) tem a punibilidade extinta.
- (D) responde por crime impossível.
- (E) tem a pena reduzida de um a dois terços, pelo arrependimento posterior.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Durante patrulhamento, a guarnição aborda um homem a 50 metros de uma escola, vendendo crack a estudantes de 14 e 15 anos. Considerando a Lei 11.343/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) A proximidade da escola não influi na pena.
- (B) O fato é porte para consumo pessoal.
- (C) Incide causa de aumento de pena pela prática nas imediações de estabelecimento de ensino e pelo envolvimento de criança ou adolescente.
- (D) O fato é de menor potencial ofensivo.
- (E) A pena será reduzida de 1/6 a 2/3 por causa da idade dos compradores.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Sobre o afastamento imediato do agressor do lar, previsto no art. 12-C da Lei 11.340/2006, é correto afirmar que

- (A) só pode ser determinado pelo juiz, em qualquer caso.
- (B) pode ser determinado pelo policial sempre que o delegado estiver ausente da delegacia, ainda que o município seja sede de comarca.
- (C) pode ser determinado pelo delegado de polícia em qualquer município, independentemente de haver juiz.
- (D) pode ser determinado pelo policial quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- (E) dispensa comunicação ao juiz quando determinado pelo delegado.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Segundo o entendimento do STF sobre o art. 28 do CPP, na redação do Pacote Anticrime, o arquivamento do inquérito policial

- (A) é ordenado pelo delegado de polícia, com comunicação ao juiz.
- (B) é ordenado pelo Ministério Público, sem qualquer controle judicial.
- (C) é decidido pelo Ministério Público, que deve submeter sua manifestação ao juiz competente.
- (D) depende sempre de concordância da vítima.
- (E) é decidido exclusivamente pelo juiz, de ofício.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Conforme a Lei 6.123/1968, com a redação da LC 316/2015, prescrevem em 5 anos as faltas sujeitas às penas de

- (A) repreensão e advertência verbal.
- (B) destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) suspensão até 30 dias.
- (D) multa e repreensão.
- (E) suspensão preventiva.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Gabarito comentado

1 • Gabarito A. A lei, em sentido amplo, é fonte primária e abrange os regulamentos.

- **B** está errada: acordo não é fonte do direito administrativo.
- **C** está errada: os costumes são fonte, ainda que secundária.
- **D** está errada: o texto descreve a doutrina (obra dos estudiosos), não a jurisprudência.
- **E** está errada: decisões judiciais reiteradas formam a jurisprudência, não a doutrina.

2 • Gabarito A. A lei mais gravosa não retroage (CF, art. 5º, XL); vale a do tempo do fato (CP, art. 4º).

- **B** está errada porque a lei mais grave não alcança fato anterior.
- **C** está errada porque não importa se já houve julgamento.
- **D** está errada porque a gravidade do crime não autoriza retroatividade maléfica.
- **E** está errada porque a irretroatividade vale para qualquer fato anterior, julgado ou não.

3 • Gabarito E. STJ, Tema 1.144: basta o furto à noite e em situação de repouso, esteja ou não o local habitado.

- **A** está errada porque ser estabelecimento comercial, por si só, não é o critério.
- **B** está errada porque a presença de pessoa no local não é exigida nem é o fundamento do aumento.
- **C** está errada porque a falta de iluminação não é requisito.
- **D** está errada porque o furto é de ação pública incondicionada.

4 • Gabarito B. Solicitar vantagem em razão da função é corrupção passiva (art. 317).

- **A** está errada porque não houve exigência.
- **C** está errada porque não houve apropriação de bem sob sua posse.
- **D** está errada porque a prevaricação não envolve vantagem indevida.
- **E** está errada porque não houve aplicação irregular de verbas.

5 • Gabarito E. Na ação pública, o inquérito começa de ofício, por requisição do MP (ou do juiz, no texto do art. 5º, II) ou a requerimento do ofendido.

- **A** está errada porque cabe recurso ao chefe de Polícia (art. 5º, § 2º).
- **B** está errada porque a atribuição da polícia não exclui a de autoridades administrativas a quem a lei dê a mesma função (art. 4º, parágrafo único).
- **C** está errada porque o prazo admite prorrogação pelo juiz das garantias (art. 3º-B, § 2º) e há prazos especiais em leis próprias.
- **D** está errada porque o delegado não arquivava inquérito (art. 17).

6 • Gabarito E. Crime sem violência, reparação voluntária antes do recebimento da denúncia: art. 16.

- **A** está errada porque o crime já se consumou; a desistência só ocorre durante a execução.
- **B** está errada porque o arrependimento eficaz impede a consumação.
- **C** está errada porque não há extinção da punibilidade.
- **D** está errada porque o crime era possível e se consumou.

7 • Gabarito C. Art. 40, III (imediações de estabelecimento de ensino) e VI (atingir criança ou adolescente: os compradores têm 14 e 15 anos). Por ser venda de droga, o fato fica na Lei 11.343/2006, e não no art. 243 do ECA, que é subsidiário.

- **A** está errada porque o local é causa de aumento.
- **B** está errada porque vender é tráfico.
- **D** está errada porque o tráfico tem pena de 5 a 15 anos.
- **E** está errada porque a idade dos compradores aumenta a pena, não reduz.

8 • Gabarito D. É o art. 12-C, III: o policial afasta quando não houver comarca e não houver delegado disponível.

- **A** está errada porque o delegado e o policial também podem afastar, nas hipóteses dos incisos II e III.
- **B** está errada porque o policial só age se o município não for sede de comarca.
- **C** está errada porque o delegado só afasta quando o município não for sede de comarca.
- **E** está errada porque o juiz deve ser comunicado em 24 horas (art. 12-C, § 1º).

9 • Gabarito C. Interpretação conforme do art. 28: o MP decide e submete a manifestação ao juiz, que pode provocar a revisão ministerial em caso de ilegalidade patente ou teratologia.

- **A** está errada porque o delegado nunca manda arquivar inquérito (CPP, art. 17).
- **B** está errada porque o STF exigiu a submissão ao juiz.
- **D** está errada porque a vítima é comunicada e pode pedir revisão, mas sua concordância não é requisito.
- **E** está errada porque o juiz não arquivava de ofício; quem forma a opinião é o MP.

10 • Gabarito B. Lei 6.123/1968, art. 209, III, com a redação da LC 316/2015 (antes eram 4 anos).

- **A** está errada: as faltas sujeitas a repreensão prescrevem em 1 ano (art. 209, I).
- **C** está errada: as faltas sujeitas a suspensão prescrevem em 2 anos (art. 209, II).
- **D** está errada: multa e repreensão não estão no inciso III.
- **E** está errada: suspensão preventiva é medida cautelar, não pena sujeita a prescrição.

GOSTOU?

Continue estudando com o Direito na Veia.

Apostila PC-PE Agente e Escrivão

Teoria direta e centenas de questões comentadas no padrão Cebraspe. Conheça em direitonaveia.com.br.

Comunidade Direito na Veia (grátis)

Entre e receba por e-mail o Mapa do Edital grátis e os avisos dos concursos: direitonaveia.com.br.

Material gratuito · Direito na Veia · proibida a revenda. Compartilhamento livre, na íntegra e com a fonte.
contato@direitonaveia.com.br · @direitonaveia.official